

Discussão sobre superávit movimentada Congresso durante mais de três semanas



A Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional pedido de tramitação em regime de urgência do projeto que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), lei que estabelece que os estados e municípios devam economizar R\$ 28,9 bilhões (0,5% do PIB) em 2014.

O Projeto de Lei (PLN) 36/2014 dá liberdade ao governo para apresentar superávit primário sem estabelecer legalmente uma meta em valor absoluto ou percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

O QUE É SUPERÁVIT?

O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. Basicamente, é o dinheiro que "sobra" nas contas do governo depois de pagar as despesas, exceto os juros das dívidas públicas. As despesas são com funcionários públicos, educação, saúde e previdência, entre outras.

O projeto foi encaminhado ao Congresso pelo Executivo devido ao déficit primário de R\$ 20,7 bilhões acumulado nas contas públicas até setembro. O PLN 36 retira da LDO 2014 o teto de abatimento da meta de superávit, originalmente esta-

belecida em R\$ 116,07 bilhões, ou 2,4% do PIB. A regra atual diz que o governo pode abater até R\$ 67 bilhões da meta, com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das desonerações tributárias destinadas a estimular setores da produção, principalmente o automobilístico. Com isso, o novo resultado cairia para R\$ 49,07 bilhões, ou 1,01% do PIB.

Em andamento

Mesmo depois de apresentado, o PLN continua em discussão diariamente no Congresso. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) agendou uma série de reuniões que começaram no dia 24 de novembro.

O esforço concentrado tem como objetivo garantir a aprovação do projeto, prioritário para o Executivo neste final de ano legislativo. O governo está trabalhando para enfrentar os expedientes regimentais que a oposição vai usar para dificultar a deliberação.

O PLN 36 foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso há mais de duas semanas. O texto autoriza um abatimento sem limite da meta de resultado primário do ano, que é de R\$ 116,1 bilhões para o governo federal. Com isso, mesmo que feche as contas com déficit primário, o governo federal não terá descumprido a meta definida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor (Lei 12.919/13).

No último ano

Em 2013, para conter o rompimento de contas públicas, foi reaberto o prazo de Refis: programa de parcelamento de dívidas das empresas com o governo. A medida tomada sem o apoio da Receita Federal rendeu quase R\$ 22 bilhões aos cofres públicos.

No Brasil, alcançar superávits primários elevados é sinônimo de responsabilidade dos governantes desde as crises dos anos 90. O bom resultado anima os investidores internacionais a apostar no mercado brasileiro. Na visão do governo, o dinheiro gasto em investimentos é contabilizado como despesa.

Posicionamento do PROS

O PROS, como partido aliado da base governista, entende que abater da meta do superávit o gasto com desonerações e o PAC é uma medida que deve ser efetivada. Conforme a presidenta Dilma apresentou em reunião com a base aliada, ajustes na LDO já foram votados em outras oportunidades e aprovados pelo Congresso Nacional. O líder do PROS na Câmara, deputado Givaldo Carimbão está empenhado juntamente com a base do governo para garantir à Presidenta a governabilidade da qual precisa para aplacar as mudanças que trarão melhorias significativas na vida de milhões de brasileiros.

Editorial

Com as Eleições 2014, o PROS ganhou grande visibilidade e poder. Os deputados do Partido já iniciaram os relatos de vários projetos de lei (PL).

O Informativo Mensal de novembro destaca o grande número de projetos requeridos pelo PROS tramitando no Congresso. Domingos Neto discute atualmente a proposta sobre criação de novos municípios e a concessão de seguro-defeso para pescadores artesanais.

O deputado Ronaldo Fonseca é relator do projeto de lei do Estatuto da Família (PL 6583/13) que define família como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher.

Uma das aprovações da Câmara foi a PEC do Comércio Eletrônico destacada pelo deputado do PROS, Givaldo Carimbão. Ele acredita que o tempo atual marca o início da reforma tributária, por isso ressalta a importância do crescimento da compra pela internet.

A maior discussão tramitando na Câmara esse mês é a redução da meta do superávit primário. A especulação em torno do assunto gera críticas e esperanças. A aprovação depende do projeto que aumenta a possibilidade de abatimento de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de desonerações da meta original.

A Secretaria de Comunicação pretende, a partir dessa publicação, mostrar temas discutidos no ambiente político atual e atividades exercidas pelos Parlamentares do PROS juntamente com os resultados e metas futuras.

**Secretaria Nacional de
Comunicação do PROS.**

PEC do Comércio é aprovada na Câmara dos Deputados

Os brasileiros estão aderindo cada vez mais à prática de comprar pela internet, e o plenário da Câmara dos Deputados aprovou no mês de novembro a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 197/12, do Senado, que altera a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços) sobre compras realizadas por meio digital, a chamada PEC do Comércio.

De acordo com a proposta, a cobrança do imposto será dividida entre o estado que mora o comprador e aquele no qual está instalada a sede da loja virtual. Essa mudança na forma de cobrar será feita de forma gradual, durante cinco anos, até ser fixada apenas no lugar do destinatário. Os estados de destino da mercadoria ou do serviço terão direito a uma parcela maior do tributo se o consumidor final for pessoa física. As novas regras entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015,

O texto foi aprovado em primeiro turno 337 votos a três. Agora, a PEC tem de passar por nova votação em segundo turno na Câmara para posterior envio ao Senado.

Atualmente, quando uma loja virtual vende ao consumidor final pessoa física de outro estado, ela tem de recolher o ICMS todo para o estado em que está localizada. Essa alíquota varia entre 17% (maioria), 18% (São Paulo, Minas Gerais e Paraná) e 19% (Rio de Janeiro). O Fisco do estado do comprador não recebe nada.

Diferença diminuída

Segundo a nova regra, além da alíquota interna será usada a interestadual, e a diferença entre elas será gradualmente direcionada ao estado de destino do bem ou serviço:

- **2015:** 20% para o estado de destino e 80% para o estado de origem;
- **2016:** 40% para o estado de destino e 60% para o estado de origem;
- **2017:** 60% para o estado de destino e 40% para o estado de origem;
- **2018:** 80% para o estado de destino e 20% para o estado de origem;
- A partir de 2019: 100% para o estado de destino.

Líder do PROS destaca importância da PEC

O deputado federal, Givaldo Carimbão (AL), líder do PROS na Câmara dos Deputados ressaltou a importância da aprovação da PEC do Comércio. “Esta Casa escreve um capítulo importante na história da vida republicana. Na Constituição de 1988, não se previa o comércio eletrônico nem que ele iria ganhar as proporções que ganhou no país”, afirmou Carimbão.

Ainda de acordo com o líder, a aprovação da proposta preenche a lacuna existente na legislação atual. “A Câmara dos Deputados está iniciando um momento que pode ser chamado, pelos mais otimistas, como eu, do início da reforma tributária. Hoje, podemos celebrar a vitória do pacto federativo, que ajuda a fortalecer os demais estados e a cumprir a justiça fiscal do Brasil”, destacou o deputado.

Ronaldo Fonseca apresenta relatório sobre o Estatuto da Família

O relator do projeto de lei do Estatuto da Família (PL 6583/13), deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), apresentou neste mês de novembro seu parecer à proposta. O projeto define família como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, por meio de casamento, união estável ou comunidade formada pelos pais e seus descendentes.

A definição é a mesma contida no artigo 226 da Constituição. “Acreditado que não cabe a um projeto de lei ordinária alterar entendimentos da Constituição”, explicou. Ele ressaltou ainda que as propostas de emenda à Constituição que tentaram mudar esse artigo do texto constitucional não avançaram no Parlamento.

Ronaldo Fonseca, em seu relatório, ressaltou o julgamento do Supremo Tribunal Federal em relação ao artigo 1.723 do Código Civil, que incluiu na jurisprudência o conceito de família formada pelos pares homossexuais.

Supremo

No substitutivo, o parlamentar afirmou que seu voto não tem a pretensão de confrontar sistematicamente a decisão do STF, “mas, com todo respeito ao Excelso Tribunal, ficarei restrito ao mandamento constitucional do art. 226 e seus parágrafos, por entender que a decisão de criar a família homoafetiva não foi interpretativa, mas inovou, criando lei e usurpando prerrogativa do Congresso Nacional.”

Para Fonseca, é necessário diferenciar família das relações de mero afeto, convívio e mútua assistência, havendo ou não prática sexual entre essas pessoas.

Religião

Apesar de o Estado ser laico, não possuir religião oficial, nem influência de autoridades eclesiais no Estado, Ronaldo Fonseca argumentou que todo o arcabouço jurídico que o constituinte coloca, incluindo-se a dignidade da pessoa humana, a igualdade perante a lei e demais direitos fundamentais, individuais e coletivos, é dado sob a proteção de Deus. Nesse sentido, deve-se também esperar respeito do Congresso ao credo.

Fonseca ressaltou ainda que diferenciar não deve se confundir com discriminar. Até porque, para se exigir respeito à diversidade e afastar a discriminação, exige-se, a priori, identificação de diferenças, respeito a elas e reconhecimento de sua importância, no caso, a reprodução.

Adoção

O deputado estabeleceu ainda, em seu substitutivo, que a adoção só pode ser feita por famílias enquadradas no entendimento do artigo 226 da Constituição. Para Fonseca, nas relações de mero afeto, sobretudo nas que as pessoas que a compõe forem de mesmo sexo, a criança que sob essa hipótese fosse adotada passaria a ter de maneira irremediável, da figura do pai, ou da mãe.

Ele argumentou que não se pode admitir o instituto da adoção voltado a atender os desejos do adotante, “ao contrário, deve prevalecer em qualquer pleito, quer seja de pares homossexuais ou casais hétéros, o interesse absoluto em atender os direitos da criança ou adolescente”.

Presidente da Comissão de Integração Nacional comanda audiências

O deputado federal, Domingos Neto (PROS-CE), presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra), comandou o seminário para debater propostas que pretendem fixar regras para a criação de novos municípios. Segundo ele, a criação de novos municípios não irá causar elevação de custos. “Já fizemos diversos cálculos para prestar contas. Esse custo de novos municípios é facilmente diluído quando você coloca dentro do bolo nacional e também quando você retira a nova cidade enquanto despesa corrente do município-mãe”, afirmou Domingos Neto.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, os 1.530 municípios criados após 1988 tiveram melhora de seus indicadores sociais. Atualmente, existem 807 pedidos de criação de novas cidades nas assembleias legislativas do país. “Somos parceiros na derrubada do veto, porque até hoje todas as emancipações que aconteceram no Brasil, foram bem sucedidas, melhorando todos os indicadores”, disse. Ele afirmou, porém, que é preciso restringir os gastos com gabinetes dos prefeitos e com câmaras municipais.

Se o veto cair, cada Assembleia Estadual terá que fazer uma lei sobre o assunto e a decisão final caberá a um plebiscito com os habitantes das regiões envolvidas.

Assistência financeira para pescadores

Durante o período de reprodução dos peixes de água doce – ou a piracema, como é mais conhecida a época da desova – qualquer tipo de atividade de pesca é proibida, por norma do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como uma maneira de garantir a sustentabilidade das espécies. Para que os pescadores artesanais não fiquem sem renda durante esse período, que costuma durar três meses, é concedido uma assistência financeira enquanto a atividade estiver paralisada, o seguro-defeso.

O presidente da Comissão de Integração, deputado Domingos Neto (PROS-CE), que solicitou a audiência para discutir as normas do seguro, assinalou que existe um impasse sobre o impacto orçamentário do programa e, especialmente, sobre a definição do que é seguro-defeso e do que é seguro pela catástrofe.

“Não existe nenhuma definição neste sentido. Nunca foi pago um seguro pela seca para o pescador, mesmo estando em lei. E nós precisamos que isso avance, ouvindo a todos os atores”, afirmou.

Na Câmara, já existe um projeto (PL 7312/14) que permite ao pescador receber seguro-desemprego por fenômeno natural ou acidental. A proposta vai alterar a Lei 10.779/03, que regula o seguro-defeso e tramita na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Domingos Neto anunciou que irá convocar outras audiências mais abrangentes para discutir o tema.



JPROS realiza, durante o mês de dezembro, campanha solidária em Manaus

A Juventude do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) iniciou, no dia 2 de dezembro, a campanha solidária NATAL DA MUDANÇA, cuja meta é arrecadar brinquedos para as 63 crianças do abrigo de adoção Lar da Dona Wal, localizado no bairro Lírio do Vale, Zona Oeste de Manaus. Com o slogan “Juntos podemos fazer a diferença”, a campanha vai até o próximo dia 15, quando acontece a seleção e a embalagem do material arrecadado para a posterior entrega dos brinquedos, prevista para o dia 19.

A presidente do PROS Juventude, Rosiane Cunha, explicou que a iniciativa partiu da ideia de que muitas crianças em abrigos de adoção são pouco lembradas e dificilmente ganham presente no Dia das Crianças e no Natal. Segundo ela, algumas dessas crianças inclusive, nem tem família, foram simplesmente abandonadas à própria sorte, mas encontraram amparo e proteção no abrigo Lar da Dona Wal. “A escolha foi feita

de forma passional, após uma visita técnica dos representantes do PROS, quando foi observado o trabalho e o empenho da diretora, que dá nome à instituição. É claro que não podemos mudar a situação desses menores de uma hora para outra, mas o objetivo desta ação é levar a essas crianças, um pouco de carinho, amor, compaixão, alegria e a magia do Natal”, declarou Rosiane.

Ainda segundo Rosiane Cunha, os trabalhos sociais da Juventude do PROS têm sido notáveis nas campanhas conjuntas com o grupo “Amigos Solidários” desde o ano passado, com dez participações ativas dos jovens republicanos. “Esta é a segunda campanha organizada pela nossa Juventude propriamente dita. Queremos realizar a diferença, fazendo uma criança sorrir nesse Natal. Por isso pedimos, doe brinquedos!”, completou a responsável pela campanha.



Acesse www.pros.org.br e nossas redes sociais para mais notícias e informações



Palavra do Presidente Nacional do PROS, Euripedes Junior

A busca incessante para fortalecer o nosso partido continua. Temos muito trabalho pela frente, e passada as Eleições 2014 agora o foco é a atuação dos nossos deputados federais e estaduais, do nosso governador José Melo (AM), e das nossas vice-governadoras, Izolda Cela (CE) e Cida Borghetti (PR).

O próximo ano antecederá o processo eleitoral que ocorrerá em 2016, por isso, temos que nos preparar para eleger daqui a dois anos o maior número de prefeitos e vereadores.

Além disso, é missão de todos que compõem o PROS apresentar aos cidadãos brasileiros nossas bandeiras e mostrar que somos um partido que tem muita a contribuir com o futuro do país. Temos que discutir as questões para melhorar a qualidade da saúde e da educação para a população.

Euripedes Junior
Presidente Nacional do PROS